

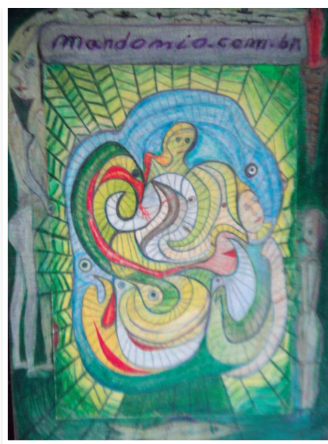
“Crescimento verde inclusivo” do Banco Mundial, Rio+20 e BRICS como ameaças à justiça climática

PATRICK BOND

Resumo

A ideia de uma “economia verde” é tida por muitos como um movimento engenhoso de países e corporações do Norte no intuito de salvar o capitalismo, especialmente no tocante às catástrofes climáticas. Todavia, como mostram as propostas do Banco Mundial, o fracasso da Conferência Rio+20 e a emergência dos BRICS, o problema ultrapassa as estratégias orientadas pelo mercado. É apenas a visão conhecida como “justiça climática” que tem o potencial de atender às múltiplas crises da sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Banco Mundial; Rio+20; BRICS; Justiça Climática.



World Bank “inclusive green growth”, Rio+20 and BRICS as threats to climate justice

Abstract

The idea of a “green economy” is considered by many to be a clever move by Northern countries and corporations intent on saving capitalism, especially climate-related catastrophes. However, as shown by World Bank proposals, by the failure of Rio+20 world summit, and by the rise of the BRICS, the problem is larger than market-oriented strategies. It is only the vision known as “climate justice” that has the potential to address society’s multiple crises.

Keywords: Sustainable Development; World Bank; RIO+20; BRICS; Climate Justice.

PATRICK BOND

Doutor em Geografia Econômica pela Universidade John Hopkins. Professor da Universidade de KwalaZulu-Natal e diretor do Centro para a Sociedade Civil.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de uma “economia verde” é considerada por muitos uma jogada habilidosa de legisladores e corporações do hemisfério norte com a intenção de salvar o capitalismo da autodestruição, especialmente aquela causada por catástrofes climáticas. Contudo, como demonstram recentes manobras do Banco Mundial, o fracasso da Conferência Mundial Rio+20, em 2012, e também a ascensão dos poluentes países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, são óbvios, agora, que o tamanho do problema ultrapassa estratégias de mercado orientadas por banqueiros e soluções geotécnicas. Apenas a ideia da “justiça climática”, que está surgindo com o ambientalismo radical e militância socioeconômica, pode resolver as múltiplas crises da sociedade.

Tal perspectiva é tratada no livro de Ariel Salleh, *Eco-sufficiency & global justice*, que aponta como uma externalização tripla de custos “toma a forma de uma extração de excedentes, econômica e termodinâmica: 1) uma dívida social com trabalhadores mal remunerados; 2) uma dívida encoberta com mulheres chefes de família; e 3) uma dívida ecológica perante a natureza em geral.” (SALLEH, 1997). Abordar estas três dívidas requer, pelo menos, uma recontagem plena, de modo a excluir os indicadores de PIB, profundamente falhos, e internalizar o meio ambiente e a sociedade da mesma maneira que fazemos com custos e benefícios. Logicamente, este exercício iria tanto preceder quanto catalisar uma transformação plena dos sistemas de agricultura, energia, transporte, finanças, extração, produção, distribuição, consumo e lixo. Qualquer coisa menos que isso será incapaz de lidar com a crise civilizatória que enfrentamos.

Ativistas têm defendido este ponto com vigor crescente, inclusive diversos grupos cujas afirmações, à época da Conferência Mundial Rio+20, em meados de 2012, refletem uma consciência muito mais avançada do que a do Banco Mundial. Estes grupos abrangem o movimento Via Campesina; o Centro de Justiça e Direito Ambiental FASE, sediado no Rio de Janeiro; o *ETC Group*, que critica soluções técnicas; feministas do Movimento Mundial

pelas Florestas Tropicais; ativistas alemães solidários da BUKO;¹ e a Rede de Mulheres do Sul asiático, que argumentou na Declaração de Dacca:

Hoje, aqueles que criaram a crise ecológica falam em economia verde. Para eles, a economia verde significa se apropriar dos recursos restantes do planeta para seu próprio lucro – da semente e biodiversidade à terra e à água, bem como nossas habilidades, como, por exemplo, os serviços ambientais que proporcionamos. Para nós, a privatização e a mercantilização da natureza, suas espécies, seus ecossistemas e seus serviços ambientais não podem fazer parte da economia verde, já que esta abordagem não tem em conta nossas tradições. Os recursos da Terra são para o bem-estar de todos, não para o lucro de poucos.

Em contraste, analisamos, primeiramente, o argumento do Banco Mundial segundo a qual uma “economia verde inclusiva” é possível, pois muitos dos danos à evolução ideológica da sociedade moderna emanaram desta instituição. Então, passamos a debates mais amplos sobre valor e preço aplicados à natureza, contestados no Rio, graças aos questionamentos à “economia verde”. O próximo passo é considerar os países do BRICS e, sobretudo, suas abundantes emissões de gases de efeito estufa, que em 2012 começaram a ser discutidas com maior profundidade por ativistas do clima, dentre estes, líderes do Sul. Finalmente, para conduzir a sociedade a um patamar mais elevado, merece um longo exame o movimento conhecido como “Justiça Climática”, visto como força motriz de mudança, porém, uma força atormentada por tendências à desorganização e ao localismo tão sérias quanto aquelas do capital.

1 NT: A *BUKO Pharma-Kampagne* foi fundada com o objetivo de examinar as atividades da indústria farmacêutica alemã no Terceiro Mundo. De acordo com a companhia, eles “reúnem 200 grupos alemães de ação e solidariedade trabalhando em favor do Terceiro Mundo”.

2 O BANCO MUNDIAL PROMOVE “CRESCIMENTO VERDE INCLUSIVO”

Apenas na luta pela transformação aprendemos como instituições de poder se agarram a seus privilégios e porque uma mudança genuína na condição ecossocial não ocorrerá através de meras manipulações nos rendimentos nacionais; “torturar dados até que eles confessem”, diz o velho ditado dos economistas. O BM é uma destas instituições, em parte porque o novo presidente, Jim Yong Kim, já foi um médico e antropólogo progressista que co-editou um livro, *Dying for growth*, que atribuía a responsabilidade das crises de saúde generalizadas ao Banco e às políticas do Fundo Monetário Internacional (KIM et al., 2001). Pouco antes de assumir o cargo, o Banco lançou um relatório, *Inclusive Green Growth*, com uma cuidadosa reafirmação da lógica hegemônica do mercado. Liderada por Inger Andersen e Rachel Kyte, a equipe do Banco Mundial (2012, grifos da autoria) argumenta o seguinte:

Deve-se tomar cuidado para garantir que cidades e estradas, fábricas e fazendas sejam projetadas, gerenciadas e reguladas *tão eficientemente quanto possível para utilizar recursos naturais com sabedoria* enquanto *apóiam o robusto crescimento* que países em desenvolvimento ainda precisam.

Desse modo, espera-se conduzir a economia “para longe do *subaproveitamento e aumentar sua eficiência* – e assim contribuir para o crescimento em curto prazo – enquanto se protege o meio ambiente” (BANCO MUNDIAL, 2012, destaques do autor).

Por óbvio, certos usos de recursos fogem a qualquer discussão polida, pois a equipe do Banco não ousa questionar a especulação de *commodities* por investidores, o crescimento liderado pela exportação ou a irracionalidade de tanto comércio internacional, incluindo o desperdício das reservas de combustível para a navegação, isso sem mencionar o transporte rodoviário. Mesmo assim, o Banco Mundial (2012, destaques do autor) não pode evitar, momentaneamente, introduzir o elemento poder em sua análise tecnicista:

Que tão alto custo seja atualmente ineficiente sugere considerações de economia política complexas. Quer isto tome a forma de acesso preferencial às terras e ao crédito ou acesso a energia e recursos baratos, todo subsídio cria seu próprio lobby. Grandes empreendimentos (tanto estatais quanto privados) têm

poder político e capacidade de lobby. Indústrias de exportação intensiva de energia, por exemplo, farão *lobby* por subsídios para manter sua competitividade.

Será que o Banco ousaria praticar o que prega acerca do fim dos subsídios “ineficientes”, considerando como isto amplifica as relações de poder irracionais enquanto mantém os maiores portfólios de financiamento de combustível fóssil do mundo? Quando o programa de “crescimento verde inclusivo” defende que “governos precisam se concentrar nos amplos benefícios sociais das reformas e se impor diante dos grupos lobistas”, o Banco deveria ser lembrado do seu maior projeto de crédito, contratado em 2010. O empréstimo de \$3.75 bilhões para uma usina de 4,800 KW de energia à base de carvão (“Medupi”²) foi, de acordo com o ex-presidente Robert Zoellick e seus colegas, destinado a ajudar os pobres sul-africanos. Na realidade, os benefícios são majoritariamente para as companhias mineradoras, que recebem a energia mais barata do mundo (cerca de US \$0,02/KW). Não somente os que vão sofrer com a mudança climática (incluindo uma estimativa adicional de 180 milhões de sul-africanos mortos neste século) arcam com os custos de Medupi e sua sucessora, Kusile (CHRISTIAN, 2006).

Todos os sul-africanos estão perdendo acesso à eletricidade através de desconexões e, em consequência, engrossando estimativas mundiais recordes de protestos comunitários, pois para pagar Medupi e Kusile os preços aumentaram mais de 100%, nos últimos quatro anos (BOND, 2012). Os argumentos de “crescimento verde inclusivo” do Banco Mundial são sempre incentivados pelo lucro: “Se o meio ambiente é entendido como um capital produtivo faz sentido investir nele e as políticas ambientalistas podem ser consideradas investimento”.

Encarar os custos externos da poluição é enganosamente simples na narrativa neoliberal preexistente do Banco Mundial, de corrigir um problema de mercado com uma solução de mercado. Por exemplo,

2 NT: Medupi é uma nova estação para produção de energia à base de carvão que está sendo construída em Eskom, na província de Limpopo, na África do Sul.

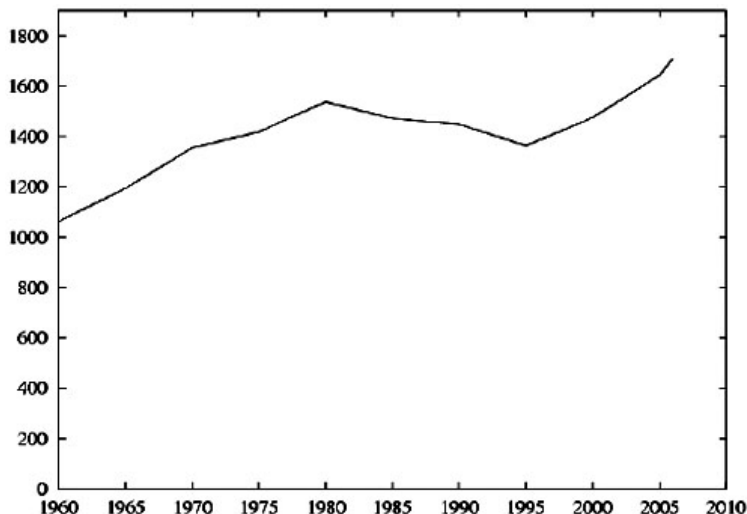
A ausência de direitos de propriedade no oceano levou a um excesso na pesca – em alguns casos, com resultados devastadores. O uso de cotas individuais transferíveis pode corrigir esta falha de mercado, aumentando tanto o rendimento quanto o emprego na indústria pesqueira (BANCO MUNDIAL, 2011).

O retorno do Banco às cotas transferíveis – também conhecidas como *limitação-e-comércio* – é mais extremo nos mercados de gases de efeito estufa, onde seus propositores fracassaram em reconhecer falhas profundas que derrubaram o preço de uma tonelada de carbono de €35 para €3 nos últimos sete anos. O Banco Mundial, que subsidia o comércio de carbono, menciona tão somente uns poucos problemas de projeto, supostamente corrigíveis, no Esquema de Comércio de Emissões da União Europeia (BOND, 2011).

Neste âmbito, a consequência involuntária do pensamento do Banco é de que ao levar em conta o que ele denomina “capital natural” na contabilidade nacional, você aprende que quando recursos não renováveis são retirados do solo, logicamente haverá um “débito” nas reais reservas nacionais (i.e., um declínio no capital natural do país), ao invés de apenas um “crédito” momentâneo no PIB. Assim, em muitas situações, “torna-se lógico que se deixem os recursos no solo”, especialmente na África subsaariana, porque desde que o *boom* dos *commodities* começou, no início dos anos 2000, conforme relatório recente do Banco (*A riqueza mutante das nações*), a África tem sofrido com reservas negativas reais – “pilhagem” – principalmente devido à decadência dos recursos não renováveis no contexto das políticas neocoloniais de recursos amaldiçoados (BANCO MUNDIAL, 2011).

A correlação do declínio na riqueza real da África – na África subsaariana e, sobretudo, no Norte da África (devido aos grandes volumes de extração de petróleo) – está em contraste direto com as falsas medidas de riqueza na África, tal como o PIB, que levou a uma retórica de “expansão africana” completamente fora da realidade. No Gráfico 1 expõe-se o crescimento do PIB da África subsaariana desde cerca do ano 1995, depois de quinze anos de declínio.

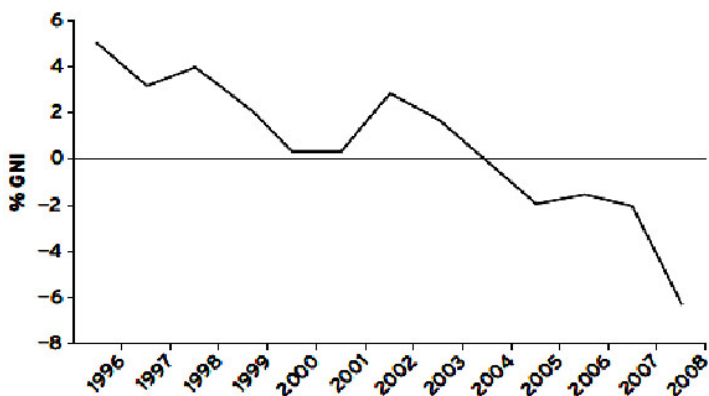
Gráfico 1 – Crescimento do PIB africano per capita, 1960-2008



Fonte: Projeto Angus Maddison, disponível em: <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.ht>

Já o Gráfico 2 mostra que ao retirar os recursos não renováveis do PIB (além de outros pequenos ajustes), o declínio em “poupanças líquidas ajustadas” é considerável: menos 6% abaixo do PIB de 2008.

Gráfico 2 – Poupanças líquidas ajustadas na África subsaariana como uma porcentagem do PIB (1995-2008)



Fonte: Banco Mundial (2011).

Além do mais, como evidencia a Tabela 1, a proporção do PIB composta pela manufatura – um sinal típico de atividade econômica em amadurecimento – tem diminuído na África, de um ápice de 15,3%, em 1990, para 10,5%, em 2008. Crescimento africano? Ou queda!

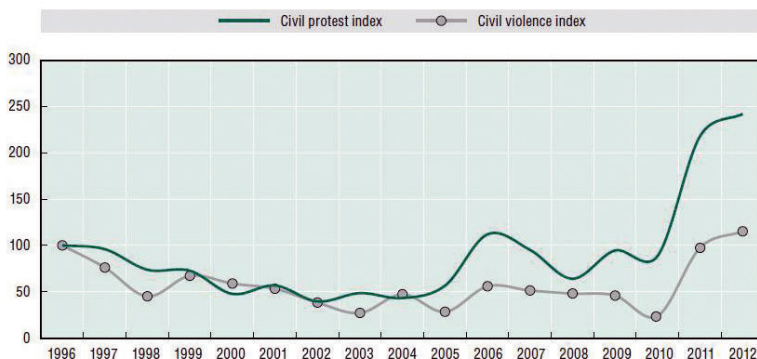
Tabela 1 – Diminuição da manufatura na África juntamente com crescimento da mineração, 1970-2008

PERCENTAGEM DE PIB		1970	1980	1990	2000	2005	2008
Economias em desenvolvimento	Indústria	27.3	41.1	36.8	36.3	38.9	40.2
	Manufatura	17.6	20.2	22.4	22.6	23.3	23.7
	Mineração	5.7	14.7	8.9	8.3	10.1	10.9
Economias africanas em desenvolvimento	Indústria	13.1	35.6	35.2	35.5	38.8	40.7
	Manufatura	6.3	11.9	15.3	12.8	11.6	10.5
	Mineração	4.8	19.3	15.2	18.4	23.0	25.8

Fonte: UNCTAD (2011).

Finalmente, como revela o Gráfico 3, o número recorde de protestos tem sido a verdadeira fonte de aumento da energia social na África e, em muitos casos, levou a intensas melhoras na democracia (Tunísia, Malaia e Senegal), ou à diminuição de ataques neoliberais a pessoas pobres (Nigéria e África do Sul). O próximo desafio é a economia verde, que afetará o continente africano de várias maneiras e amplificará a acumulação mediante desapropriação.

Gráfico 3 – Protestos públicos e violência civil na África, 1996-201



Fonte: Agência France Press, citado em *African Development Bank et al.* 2013), capítulo 2.

3 RIO+20: O ESTRATAGEMA DA ECONOMIA VERDE

A ideia de economia verde foi antecipada para ser formalmente autorizada pelas Nações Unidas na Conferência Rio+20 de 2012. Embora a oposição, vinda de países fortemente influenciados pela Rede do Centro-Sul e do Terceiro Mundo, fosse substancial e, conseqüentemente, embora as formalidades no Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas não fossem conseguidas por Achim Steiner,³ incentivador da economia verde, ainda assim, na prática, diversos mecanismos de mercado e táticas de solução técnica estão recebendo apoio, dentre eles:

- a) “pagamento por serviços de ecossistema”;
- b) formas sujas de “energia limpa”, tais como a nuclear, o chamado “carvão não poluente”, gás não poluente de xisto, energia hidrelétrica, hidrogênio;
- c) biocombustíveis, biomassa e biochar;⁴

3 NT: Achim Steiner é um alemão, nascido no Brasil, especialista em políticas ambientais. Foi diretor geral da União Internacional pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais de 2001 a 2006.

4 NT: Biochar é o carvão produzido a partir da biomassa.

d) a estratégia de captura e armazenamento de carbono que está sendo aprovada de maneira experimental pelo Gabinete da África do Sul;

e) outros artefatos de geoengenharia, tais como árvores geneticamente modificadas, sulfatos no ar para conter o sol, depósitos de ferro no oceano para proliferar algas, micróbios artificiais para converter biomassa de plantas em combustíveis, produtos químicos e outros, produção solar em escala industrial de, por exemplo, embalagens plásticas para sobremesas.

Algumas destas proposições foram contestadas durante a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica a qual, em uma conferência em Nagoya, em 2010, declarou que

nenhuma atividade de geoengenharia deveria ser posta em prática até que os riscos ao ambiente e à biodiversidade, além dos impactos sociais, culturais e econômicos associados tivessem sido devidamente considerados.

Por exemplo, explica Howard Ehrman, da Universidade de Illinois/Chicago, a captação e o armazenamento do carbono precisam ser repensados pois este processo de depurar carvão a partir de usinas de energia à base do produto:

- a) viola o Princípio de Precaução;⁵
- b) impõe custos excessivos;
- c) aumenta em 25% a energia necessária para produção de eletricidade;
- d) é uma tecnologia não testada;
- e) está a pelo menos uma década de ser implementada;
- f) prolonga a extração de carvão.

Do mesmo modo, a estratégia do biocombustível – notadamente de soja, milho e cana-de-açúcar, sobretudo como praticada

5 NT: O Princípio da Precaução foi proposto durante a Conferência Rio 92, e é uma garantia contra riscos potenciais que ainda não podem ser identificados, dado o estado atual do conhecimento.

pelo capital agrícola brasileiro – é considerada uma solução falsa, porquanto, como argumenta Ehrman (2011):

- a) prejudica a energia;
- b) prejudica a água;
- c) eleva a poluição do ar e da água;
- d) aumenta os preços de eletricidade, alimentos e terras;
- e) expande a monocultura e diminui a sustentabilidade;
- f) aumenta a concentração de terras nas mãos de poucos;
- g) aumenta o poder e o controle por parte das corporações multinacionais.

Como confirma um relatório organizado por diversas ONGs líderes em tecnologia – ETC Group, EcoNexus, Rede de Biodiversidade Africana, Gaia e Biofuel –,

a troca do petróleo para a biomassa, de fato, piora a mudança climática, aumenta o desflorestamento e a perda de biodiversidade, degrada solos e esgota suprimentos de água. Ademais, a nova economia “verde” ameaça meios de sustento, especialmente no Sul, onde encoraja a “grilagem de terras” (ETC GROUP et al., 2012).

A maior ameaça virá através dos mecanismos de mercado, já que por trás dos “pagamentos por serviços de ecossistema” da economia verde está a “mercantilização” da natureza. Esta agenda foi abertamente admitida em 2010 pelo ministro britânico do clima, Greg Baker:

Nós queremos que a cidade de Londres, com sua *expertise* única em produtos financeiros inovadores, lidere o mundo e se torne o polo mundial das finanças do crescimento verde. Precisamos deixar para trás o desastre dos altos riscos (BARKER, 2011).

Alan Greenspan, investidor da Cidade de Londres, cuja empresa ganhou o prêmio de “*Western European Commodities Broker of the Year*”, concedido pela revista *World Finance*, em março de 2012, explicou que

Na Tullet Brown,⁶ nós apenas investimos em áreas do mercado que resistiram verdadeiramente ao teste do tempo, tal como ouro e imóveis. Quando nossos analistas procuravam a próxima grande área de crescimento, isto estava evidente para eles. Era o planeta, era o ambiente.

Apenas dois dias depois, autoridades financeiras britânicas obrigaram a Tullett Brown a decretar falência provisória, e ao tempo em que a Conferência Rio+20 terminava, eles eram condenados à prisão pelos golpes contra seus investidores.⁷

O planeta é vulnerável e valioso demais para ser abandonado às mãos de banqueiros e seus aliados políticos. Joan Martinez-Alier e Joachim Spangenberg, líderes da rede de pesquisas Organizações de Justiça Ambiental, Responsabilidade e Comércio (OJARC), com sede em Barcelona, fizeram um apropriado comentário cínico sobre a economia verde, em junho de 2012, no Rio de Janeiro: “As promessas são impressionantes: conservar a natureza, vencer a pobreza, proporcionar igualdade e criar empregos. Os meios e a filosofia por trás disto, contudo, são familiares por demais”. Infelizmente, depois da Conferência Mundial Original Rio 92, as corporações multinacionais dominaram cada vez mais o espaço emergente da governança ambiental global. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente visualizou a “crise de sustentabilidade como a maior falha ‘do mercado’ de todos os tempos” – uma perigosa perversão, de acordo com os dois ecologistas-políticos, pois

essa descrição revela um tipo específico de pensamento: uma falha de mercado significa que o mercado não conseguiu proporcionar o que, a princípio, deveria, e uma vez que este problema seja corrigido, o mercado há de solucionar o problema (MARTINEZ-ALIER; SPANGENBERG, 2012).

Martinez-Alier e Spangenberg (2012) invertem esta lógica:

6 NT: A Tullett Brown foi uma companhia internacional de negociação de *commodities*, especializada em metais preciosos (ouro e prata) e no comércio de carbono. Em 2012 foi obrigada a decretar falência por conta de práticas ilegais e enganosas, que lesavam seus clientes e investidores.

7 Fonte: <<http://blogs.mirror.co.uk/investigations/2012/07/tullett-brown-scammers-net-32m.html>>

Desenvolvimento insustentável não é uma “falha de mercado” a ser corrigida, mas uma “falha do sistema mercadológico”, esperando resultados que o mercado não pode propiciar, como considerações em longo prazo, consciência ambiental e responsabilidade social.

Todas as formas das estratégias de mercantilização surgiram para securitizar os “serviços de ecossistema”, mais obviamente em mercados de carbono, que continuam a fracassar miseravelmente na garantia de fundos de investimentos para diminuir as mudanças climáticas. Certas instituições continuam acreditando nisso, apesar do colapso do comércio de emissões. Em um documento conjunto publicado em meados 2012, o Fundo Mundial da Natureza (WWF) e o Greenpeace defendiam reformas de última hora para revitalizar os mercados de carbono da União Europeia. Como a Bolsa de Valores de Chicago, em 2010, o Esquema de Comércio de Emissões da União Europeia está ameaçado de desaparecer, por conta de um grau fatal de corrupção e do excesso de oferta no mercado (WWF; GREENPEACE, 2012). Em 2013, uma proposta de refinanciamento para lidar com o excesso de oferta foi defendida por Climate Action Network-Europe, WWF e Greenpeace, que, em virtude de forte resistência, não apenas da esquerda, mas também da direita, se sentiram obrigados a apresentar argumentos pró-emissões e, pró-corporativos, tais como,

Refinanciamentos não vão diminuir a competitividade da Europa. Além da distribuição livre de 100% dos subsídios, os setores industriais que supostamente estão sob maiores riscos de “fuga de carbono” (a fuga de indústrias produtoras intensivas de carbono para regimes menos regulatórios) – tais como produtores de aço, cimento, e vidro – podem receber ajuda estatal para compensar o aumento dos preços da eletricidade, resultante dos custos de CO₂ repassados por produtores de energia (CAN-E; WWF; GREENPEACE, 2013)

A quebra da Bolsa do Clima de Chicago, em 2010 – e um processo civil por fraude contra o fundador Richard Sandor –, é apenas o sinal mais óbvio àqueles que promovem o comércio de emissões e as compensações voluntárias (BOND, 2012) Na África, a estrutura de compensação e de comércio de carbono, o “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)”, “não pode proporcionar dinheiro” (BOND et al., 2012).

Em resumo, o que os ativistas devem combater agora é a “neoliberalização da natureza”, isto é, a *determinação de um preço* pela natureza baseado em um sistema de *taxa* de poluição e mercados ambientais, o que, com efeito, dará a banqueiros desacreditados a tarefa de regular a ecologia mundial. O contraste com outra estratégia é óbvio: *valorizar* nosso ecossistema e *impor impedimentos à poluição* e *multas* proibitivas para degradação ecológica. Estas são a abordagem conceitual e estratégia requeridas, porém obter justiça será sempre difícil, dado que os responsáveis pelos problemas ecossociais do mundo não são apenas as corporações ocidentais mas também, nos últimos anos, um novo grupo de firmas e empresas estatais de mercados emergentes, onde a sociedade civil e os sistemas de responsabilidade são bem mais fracos.

4 “SUBIMPERIALISTAS” BRICS UNIDOS A WASHINGTON PARA POLÍTICA CLIMÁTICA

Quando se encontraram em Durban, na África do Sul, em 26 e 27 de março de 2013, os líderes dos países do BRICS foram confrontados por críticos que alegavam estarem eles emitindo um volume de gases de efeito estufa (GEE) muito mais alto em termos absolutos e em relação ao PIB (embora em menor quantidade por pessoa) do que os Estados Unidos ou a União Europeia. Apesar de o assunto ter sido ignorado no Centro de Convenções Internacionais de Durban, a forma como os BRICS lidam com esta crise pode fazer a diferença entre a vida e a morte de *centenas de milhões de pessoas* neste século. A escolha é simples: juntar-se ou não aos Estados Unidos e sua obsessão imperialista por carbono – responsável por tantas guerras e catástrofes ecológicas – e, assim, serem considerados potências “subimperialistas” (MARINI, 1965; BOND, 2013), ou estabelecer um regime completamente diferente para a governança climática global baseado em um compromisso imediato com a justiça climática e, conseqüentemente, um seríssimo desafio econômico à hegemonia financeira do Ocidente.

O exemplo da África do Sul não é encorajador. Primeiro, o governo nacional de Pretória e seu produtor de energia paraestatal Eskom aumentaram os já extremamente altos níveis de emissão de carbono da África do Sul, em nome do “Complexo

Energético-Mineral” do país. Este problema é bem conhecido, em parte por conta das fracassadas campanhas da sociedade civil contra a terceira e a quarta maiores usinas a carvão do mundo (Medupi da Eskom e Kusile), cujo subempreiteiro inclui o setor de investimentos do partido governante, em um descarado conflito de interesses multibilionários. Outras campanhas climáticas têm surtido pouco efeito contra as ávidas mineradoras e fundições, que consomem a maior parte da energia gerada por carvão da África do Sul e exportam os lucros. Isso é verdade para as indústrias altamente poluentes dos outros países componentes do BRICS, até mesmo da China, onde protestos ambientais aumentam e é nocivo respirar o ar de Pequim na maioria dos dias deste ano.

Quão maus são os BRICS? Conforme mostrou o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) das Universidades de Columbia e Yale, quatro dos cinco países (exceto Brasil) têm dizimado sua ecologia e a do planeta mais rapidamente do que qualquer grupo de países, com a Rússia e a África do Sul, na parte inferior do *ranking* mundial de gestão responsável. Além disto, China, África do Sul e Índia têm níveis decrescentes de emissões de gases de efeito estufa, de acordo com o citado relatório (COLUMBIA; YALE UNIVERSITIES, 2012). Enquanto a obsessão dos BRICS por combustível fóssil é bastante conhecida, o mesmo não se pode dizer do motivo pelo qual seus chefes de Estado sabotam constantemente as discussões acerca do clima global, organizadas pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), através da efetiva sabotagem do Protocolo de Kyoto – em tudo, menos no nome –, começando com o Acordo de Copenhague, em 2009, pegando o ritmo com a Plataforma de Durban,⁸ em 2011, e fechando o acordo, em 2012, com a saída formal da Rússia do Protocolo de Kyoto. Em dezembro de 2009, a liderança do “BASIC” (Brasil, África do Sul, Índia e China) se uniu a Washington para confirmar a catástrofe climá-

⁸ A Plataforma de Durban é um conjunto de acordos firmados na 17ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas que inclui a segunda fase do Protocolo de Kyoto, a criação e administração de um “Fundo Verde” para o clima, dentre outras decisões.

tica na 15ª Conferência das Partes⁹ (COP 15) para a Convenção na Dinamarca. O Acordo de Copenhague, entre Jacob Zuma, Barack Obama, Luís Inácio Lula da Silva, Wen Jibao e Manmohan Singh frustrou a estratégia global da ONU de cortes obrigatórios nas emissões de GEE, assegurando, assim, um aquecimento de pelo menos 4 graus no clima global neste século. Oficialmente o acordo não é obrigatório e, em troca, o Fundo Verde para o Clima que Obama prometeu e que garantiria, anualmente, \$100 bilhões, simplesmente não foi adiante por conta do momento de austeridade. “Eles quebraram as Nações Unidas”, concluiu Bill McKibben, do movimento 350.org (BOND, 2012). Copenhague foi o que Naomi Klein denominou “nada mais do que um pacto sujo entre os maiores emissores de gases do mundo: faça de conta que você está fazendo algo pela mudança climática se você fizer o mesmo. Certo? Certo” (KLEIN, 2009).

Um objetivo secundário do Acordo de Copenhague – além de impedir os cortes nas emissões de GEE que o mundo precisa tão desesperadamente – era manter um mínimo de confiança nos mercados de carbono. Especialmente depois da crise financeira de 2008 e do rápido declínio do Esquema de Negociação de Emissões da União Europeia, os líderes do BASIC tiveram renovada preocupação em apoiar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), versão terceiro-mundista das negociações de carbono (BOND et al., 2012). Questionar a estratégia climática ocidental centrada nos bancos – que critica o termo “a privatização do ar” – não era uma opção para as elites do BRICS, dada sua orientação igualmente neoliberal. No final de 2012, o BRICS já não estava mais qualificado para receber fundos diretos do MDL; então, os esforços mudaram com vistas a serem obtidos subsídios para os mercados internos de carbono, sobretudo no Brasil e na China. Em fevereiro de 2013, o ministro das Finanças da África do Sul, Pravin Gordhan, também anunciou que, como parte de um imposto de carbono,

9 A Conferência das Partes é realizada anualmente pelos países componentes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e estabelece as linhas gerais das ações a serem tomadas para redução da emissão de gases de efeito estufa.

Pretória permitiria que corporações contrabalançassem 40% dos seus cortes de emissão através dos mercados de carbono.

A melhor maneira para compreender este flerte com o comércio de emissões é em um contexto mais amplo de poder econômico, pois isto se baseia na crença segundo a qual os financiadores podem resolver as mais perigosas eventualidades do mercado – quando, na realidade, eles não podem nem mesmo manter seus próprios mercados. Como argumentam os estudiosos da sustentabilidade, Böhm, Misoczky e Moog (2012, p. 1629),

o ímpeto subimperialista permanece o mesmo: enquanto o capital doméstico continua a investir pesadamente em indústrias extrativistas e monocultoras no âmbito doméstico, é crescente a busca por oportunidades de investimento também em mercados periféricos, precipitando processos de acumulação através da desapropriação dentro de suas esferas de influência mais ampla. Este tipo de desenvolvimento pode ser observado em diversas nações semiperiféricas, particularmente nas do BRICS.

Por exemplo, de acordo com estes mesmos autores,

tem sido bem documentado o investimento extensivo da China em terras cultiváveis e indústrias extrativistas na África, em anos recentes. O que talvez seja menos conhecido na literatura do desenvolvimento, contudo, é em que medida o financiamento de mercados de carbono, como o MDL, está sendo alavancado pelas elites dos países do BRICS para ajudar a garantir estas formas de expansão subimperialista (BÖHM; MISOCZKY; MOOG, 2012).

Em termos de negociações climáticas em escala global, os negociadores de Washington e do BASIC podem, portanto, favorecer abertamente suas indústrias extrativistas e de combustível fóssil para abrandar as obrigações de redução de emissão de gases, mas com apoio do setor financeiro, caso um sistema climático global surja, em 2020, como acordado na COP 17, em Durban. Laços igualmente acolhedores entre políticos de Pretória, mineradoras sediadas em Londres, magnatas da “Emancipação Econômica da População Negra” de Johannesburgo e submissos sindicatos foram, em seguida, expostos em Marikana, local do massacre de 34 mineradores de platina da Lonmin, em agosto de 2012 (SAUL; BOND, 2012). Outros países do BRICS têm configurações de poder similares, e, no caso da Rússia, isso levou a

uma retirada formal durante o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto (2012-2020), a despeito de enormes benefícios de “ar quente” que o país teria conseguido em mercados de carbono, fruto da desastrosa exposição da economia industrial ao capitalismo industrial, no início dos anos 1990. Aquela crise econômica cortou as emissões russas bem abaixo dos níveis da União Soviética, em 1990, durante o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto (2005 a 2012). Contudo, dada a crise dos mercados de carbono de 2008-2013 – quando os benefícios de “ar quente” do país teriam valido, no início, €35/tonelada, mas no começo de 2013, caíram para menos de €3/tonelada – o cálculo de Moscou visava promover a desorganização das suas próprias indústrias de petróleo e gás, e, assim, amarrar os cortes nas emissões aos interesses russos, apesar de as secas e os incêndios relacionados ao clima terem provocado o aumento do preço do trigo a níveis extremos e causado prejuízo de dezenas de bilhões de dólares. Os mesmos cálculos pró-corporativos estão sendo feitos em outros quatro países do BRICS, embora seus líderes tenham, ocasionalmente, se posicionado acerca da necessidade de maiores cortes nas emissões dos países industriais do Norte.

No entanto, os processos cruciais nos quais a linguagem reguladora do clima das Nações Unidas foi martelada atingiram o clímax de forma reveladora na COP 17, em Durban, em dezembro de 2011. “A Plataforma de Durban foi promissora por causa do que não foi dito”, gabou-se o conselheiro do Departamento de Estado dos EUA, Trevor Houser, ao *New York Times*. “Não há nenhuma menção à responsabilidade histórica ou às emissões *per capita*. Não há menção de diferença entre a ação de um país desenvolvido ou em desenvolvimento” (BRODER, 2012). O Acordo da COP 17 destruiu a habilidade de países pobres de se defender contra o desastre climático. Sob a presidência da ministra de Relações Internacionais da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, a conferência do clima confirmou os 180 milhões de mortes de africanos, neste século, por motivos relacionados ao clima, de acordo com a *Christian Aid*. Atualmente, já ocorrem 400 mil mortes a cada

ano por problemas relativos ao clima, em decorrência de catástrofes na agricultura, saúde pública e *frankenstorms*.¹⁰

Então, o que deveria ser feito com os BRICS? Eles receberam um “desconto” de muitos ambientalistas porque, em termos históricos e *per capita*, suas indústrias e sua agricultura não têm sido tão responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa quanto os países ricos do Ocidente. Mais recentemente, o enorme aumento nas emissões da China por conta da produção manufatureira tem sido associado à desindustrialização do Ocidente: é a “terceirização” das emissões. Assim, emissões da costa leste da China deveriam ser logicamente atribuídas, em grande parte, a consumidores ocidentais. Porém, este processo gerou tensões entre estrategistas progressistas acerca de se o “direito ao desenvolvimento” deveria ser invocado para permitir maiores níveis de emissões em economias de mercado emergentes. Segundo argumentou o economista político malaio, Jomo KS, em nome do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), países semiperiféricos deveriam ter direitos de espaço-carbono para industrializar, como parte de uma justiça climática (SUNDARAM, 2010). Todavia, diferentemente, Solon e Bello (2012) têm argumentado fortemente contra a estratégia dos países do BRICS de atrasar o compromisso com os cortes de emissões:

As elites de economias emergentes estão usando a justa demanda de “responsabilidade histórica” ou “responsabilidade comum, mas diferenciada” para ganhar tempo e ter um acordo fraco de comprometimento, em 2020, do qual eles fariam parte [...] Deveríamos exigir que China, Índia, Brasil e África do Sul também concordem com cortes obrigatórios sem compensações, embora, é claro, estes cortes fossem menores do que o dos países do Anexo 1, de acordo com os princípios do UNFCCC.

Para Solon e Bello (2012), o problema dos BRICS são os caminhos de “rápido consumo dependente e crescimento intensivo de gases de efeito estufa”. A solução é uma virada na justiça climática.

10 *Frankenstorms* são híbridos de furacão e tempestades de inverno, envolvendo uma combinação assustadora de ventos fortes, chuvas pesadas, ondas extremas e neve. Trazem riscos de mortes, quedas de energia e sérios danos a propriedades.

5 JUSTIÇA CLIMÁTICA

O movimento de “Justiça Climática” emergiu de dentro do movimento ambientalista no começo dos anos 2000, reunindo uma variedade de correntes político-econômicas e político-ecológicas de modo a combater a ameaça mais séria enfrentada pela humanidade e a maioria das outras espécies no século XXI. Como evidenciado, o conceito de justiça climática aborda as interseções das preocupações ecológicas “verdes” e considerações éticas socioeconômicas “vermelhas”, indo de deliberações sobre políticas públicas a práticas políticas. A justiça climática provém diretamente do bem mais antigo movimento de “Justiça Ambiental”, que enfatizava, sobretudo, as injustiças raciais e de classe da poluição nos Estados Unidos (BULLARD, 1990; SCHLOSBERG, 1999).

O conceito de justiça ambiental gerou uma linhagem central de ideias, ao juntar uma série de importantes tradições e movimentos intelectuais. Quatro aspectos-chave incluem, a princípio, o ambientalismo antirracista dos anos 1980-1990 que, pela primeira vez, uniu decisivamente a justiça social a problemas ecológicos geograficamente discretos, mas que transcendeu o argumento “Não no meu quintal”, em favor de uma narrativa de transformação do sistema. Segundo, havia demandas globais nos anos 1990 para se reconhecer a “dívida ecológica” do Norte para com o Sul, feita por grupos como a *Acción Ecológica* (sediada em Quito, Equador), bem como por considerações muito mais amplas de políticas climáticas, levando às negociações do Protocolo de Kyoto. Em terceiro, a campanha do Jubileu, no final da década de 1990, contra a dominação financeira do Norte sobre o Sul adicionou um débito ecológico ao débito financeiro e logo levou a considerações acerca do clima em uma perspectiva radical dentro do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e outros movimentos religiosos. Finalmente, estas vertentes foram reforçadas, nos anos 2000, pelo movimento de “Justiça Global”, que passou ao primeiro plano em dezembro de 1999, com o protesto da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, e desafiou corporações e instituições multilaterais com muito mais força do que nos anos anteriores (CAMACHO, 1998; AGYEMAN et al., 2003; BULLARD, 2013).

Iniciado em 2007, o algumas vezes incipiente movimento ativista conhecido como “Justiça Climática Agora! (JCA!)” exerceu papel fundamental na advocacia ambiental, bem como nos encontros das Nações Unidas em escala global (KAARA, 2010). A formulação inicial dos princípios de justiça climática implicou um programa de ação que estava além da capacidade do sistema global, mesmo que a “ciência pedisse” um nível de intenção de corte de pelo menos 50% de emissões de GEE até 2020 e um compromisso de que este corte fosse de 90%, em 2050, de modo a simplesmente prevenir uma mudança climática galopante e manter os aumentos de temperatura dentro de níveis racionais. Porém, havia uma agenda mais ampla e a rede JCA! fez as cinco exigências seguintes no encontro da sua fundação em Bali, em dezembro de 2007:

- a) redução do consumo;
- b) grandes transferências financeiras do Norte para o Sul baseadas em responsabilidade histórica e dívida ecológica para adaptação e mitigação de custos pagos através do redirecionamento de orçamentos militares, impostos inovadores e cancelamento de débitos;
- c) energia renovável limpa, segura e liderada pela comunidade;
- d) conservação de recursos baseada em direitos que reforçam os direitos de terras indígenas e promovem a soberania dos povos sobre energia, florestas, terra e água;
- e) agricultura e pesca familiar sustentável e soberania dos povos sobre a comida.

A mais importante das conferências do clima das Nações Unidas, com 100 mil ativistas exigindo um acordo sólido dos seus negociadores, foi em Copenhague, em 2009. Ao contestar ambientalistas de correntes dominantes, Danes e outros europeus formaram uma Aliança de Justiça Climática (AJC) cujo protesto foi severamente reprimido pela polícia dinamarquesa, protegendo a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 15).¹¹ À época, Anne Petermman,

11 Fonte: <http://www.climate-justice-action.org/>

do Projeto de Justiça Ecológica Global, definiu o conceito da seguinte maneira:

Justiça Climática é o reconhecimento de que a responsabilidade histórica pela vasta maioria das emissões de gases de efeito estufa repousa sobre os países industrializados do hemisfério norte. É a compreensão de que camponeses, povos indígenas, pescadores, mulheres e comunidades locais têm sido desproporcionalmente afetados pela mudança climática, bem como pela indústria do combustível fóssil e por falsas soluções para a mudança climática, incluindo plantações de árvores, produtos geneticamente modificados, projetos hídricos e agrocombustíveis. Estes também são os povos menos responsáveis pela mudança do clima. A Justiça climática reconhece que, ao invés de soluções baseadas no mercado, as práticas sustentáveis destes povos e comunidades devem ser vistas como que oferecendo as reais soluções para a mudança climática. A Justiça climática é o entendimento fundamental de que a mudança climática não pode ser tratada através de corporações e do mercado, porquanto estas são as entidades que causaram o problema em primeiro lugar (PETERMANN, 2009).

Pouco depois do reconhecido fracasso da Conferência de Copenhague, o governo boliviano, liderado por Evo Morales e seu então embaixador Pablo Solon sediou uma conferência em Cochabamba, em 2010, da qual participaram mais de 35 mil ativistas, incluindo 10 mil estrangeiros.¹² Em parte, isto foi importante por causa das tentativas de se incorporar mais profundamente às políticas climáticas dominantes um compromisso com os mercados de carbono e pagamentos de compensação, sobretudo por meio dos projetos de Redução das Emissões pelo Desflorestamento e a Degradação das Florestas (REDDF). A Conferência de Cochabamba adotou diversas exigências que foram um anátema para as políticas climáticas dominantes e o governo boliviano lutou para colocar estas exigências (e algumas outras) em textos oficiais das Nações Unidas. Ei-las:

- a) 50% das emissões de gases de efeitos estufa até 2017;
- b) estabilização dos aumentos de temperatura em 1º grau centígrado e 300 partes por milhão;

12 Fonte: <http://pwccc.wordpress.com/>

- c) reconhecimento da dívida climática de países em desenvolvimento;
- d) total respeito aos direitos humanos e aos direitos inerentes aos povos indígenas;
- e) declaração universal dos direitos da Mãe-Terra para garantir harmonia com a natureza;
- f) estabelecimento de uma Corte Internacional de Justiça Climática;
- g) rejeição de mercados de carbono e da mercantilização da natureza e das florestas através do programa REDDF;
- h) promoção de medidas que mudem os padrões de consumo de países desenvolvidos;
- i) fim dos direitos de propriedade intelectual para tecnologias úteis para atenuar a mudança climática;
- j) pagamento de 6% do PIB de países desenvolvidos para lidar com a mudança climática.¹³

Como explicou Edgardo Lander em sua análise da Conferência de Cochabamba,

Lutas por justiça climática ou ambiental têm conseguido unir a maioria das mais importantes lutas e problemas das últimas décadas (justiça, igualdade, guerra/militarização, liberdade de comércio, soberania alimentar, agronegócio, direitos dos camponeses, lutas contra o patriarcalismo, defesa dos direitos de povos indígenas, migração, crítica dos padrões de conhecimento dominantes eurocêntricos/coloniais, bem como lutas pela democracia, etc.). Todas estas questões foram debatidas em Cochabamba e, em certo grau, apresentadas no Acordo dos Povos de Cochabamba (LANDER, 2010).

Como evidenciado, o desenvolvimento de políticas de justiça climática tem se construído em torno de uma orientação que questiona a economia com fins de lucro como causa subjacente para

13 Para mais, ver <<http://cochabamba2010.typepad.com/blog/2010/08/the-proposals-of-peoples-agreement-in-the-texts-for-united-nations-negotiation-on-climate-change.html>>.

a crise do clima e de uma oposição intransigente às estratégias de mercado. Também, existe uma ênfase ambiciosa nos cortes de emissões de GEE (muito maior do que a proposta pelos negociadores das Nações Unidas) e um claro desdém pela inadequação de esforços formais de mitigação climática em escala global e nacional. A rejeição a respostas tecnocráticas e superficiais à mudança climática demonstra uma hostilidade a acertos tecnológicos e de geoengenharia, e, ao contrário, uma busca por estilos de vida predefinidos pós-carbono e sistemas de produção. Ativistas da Justiça Climática buscam alianças explícitas com ativistas especializados em soberania alimentar e acesso à terra (a Via Campesina é tipicamente central nas mobilizações da Justiça Climática), desmercantilização da água, energia renovável, justiça econômica e outras lutas similares – dado que muitas questões têm implicações climáticas. Esta é uma característica de uma orientação mais ampla para a política do “Sul Global” (não apenas dos ajustes de poder Norte-Sul) e uma abertura para que políticas ambientais radicais e a esquerda tradicional se unam com novas narrativas dos “Direitos da Natureza”, filosofias ecofeministas e ecossocialistas, e táticas e estratégias políticas horizontalistas, sobretudo em ambientes concretos de lutas.

Estas ideias surgiram no começo dos anos 2000, quando os contornos dos primeiros esforços de advocacia climática tornaram-se claros. Para muitos, a substituição da expressão “Ação Climática”, *slogan* do final dos anos 1990 para mobilizar a sociedade civil por “Justiça Climática”, ocorreu diante do fracasso corrente dos acordos da elite no poder durante as COPs e da aquiescência das grandes ONGs ambientalistas que, durante muitos anos, determinaram a agenda ativista ao modelo dominante de políticas públicas neoliberais dentro do quadro de negociações da ONU – especialmente no Protocolo de Kyoto de 1997. Tal aquiescência deveu-se à capacidade persuasiva do pedido do vice-presidente Al Gore de que, em troca de acrescentar o comércio de carbono ao Protocolo de Kyoto, elas receberiam o apoio do Senado dos Estados Unidos – quando, na verdade, alguns meses antes, a votação *contra* foi de 95-0 (na resolução Byrd-Hagel do Senado dos

EUA sobre Mudança Climática/Aquecimento Global).¹⁴ Tentativas da administração Obama de criar uma legislação sobre o comércio de carbono em 2009-2010 simplesmente fracassaram, embora após a supertempestade Sandy, em outubro de 2012, que ajudou a campanha de reeleição de Obama contra o adversário antiam-bientalista Mitt Romney, tenha havido conversas, em 2013, para reavivar a estratégia neoliberal (SKOCPOL, 2013).

Neste âmbito, o desafio da justiça climática para o ambientalismo ortodoxo orientado ao mercado e os acordos internos fracassados emergiram como um movimento formal no começo de 2007, na COP 13 das Nações Unidas em Bali, Indonésia. Então, como era óbvio, um período de grande fracasso global de Estados e mercados continuaria ininterruptamente, isto porque a “externalidade” da poluição continuava inexplicável para a produção, o comércio, o consumo e a eliminação capitalistas. Em meses, estes fracassos seriam ampliados por uma crise capitalista mundial, que começara no Leste asiático e logo ameaçaria a economia mundial. Nesse caso, o dilema básico era a incapacidade dos líderes globais de resolver grandes problemas ambientais, geopolíticos, sociais e econômicos; nenhum problema relevante foi adequadamente abordado nas conferências mundiais depois de 1987, ano em que o Protocolo de Montreal sobre o buraco na camada de ozônio baniu clorofluorocarbonos. Juntos, a inadequação das negociações sobre o clima global e a virada das Nações Unidas em direção a “Parcerias Tipo 2”, envolvendo corporações, geraram enormes frustrações na sociedade civil.

De fato, à época da Conferência Mundial de 2002 sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, muitos ativistas tinham chegado à conclusão de que as Nações Unidas eram parte do problema, não a solução. Esta frustração foi dramatizada pela marcha dos 30 mil contra a conferência da ONU em Johannesburgo, partindo de uma vizinhança pobre em Alexandra e atravessando

¹⁴ A resolução Byrd-Hagel determinava que os Estados Unidos deveriam recusar qualquer acordo que obrigasse o país a reduzir seus níveis de emissão de gases de efeito estufa sem que fossem estabelecidas obrigações semelhantes para países em desenvolvimento.

Sandton (o subúrbio mais rico da África), onde a convenção estava ocorrendo (DEATH, 2010). Isto aconteceu num período em que a África do Sul tinha se tornado o país mais desigual do mundo, enquanto Johannesburgo tinha se tornado um importante local de conflitos contra a privatização da água e o experimento do comércio de carbono tinha começado na vizinha Durban (BOND, 2002; MCDONALD, 2002; BOND, 2012).

Em resumo, a justiça climática apenas chegou ao cenário internacional como uma abordagem política coerente, resultado do fracasso de uma estratégia mais colaborativa entre grandes ONGs ambientalistas e a classe empresarial global. Diante da situação, o primeiro esforço para criar um movimento de defesa pelo clima global na sociedade civil foi a Rede de Ação Climática (RAC). Contudo, desde 1997, em Kyoto, a RAC adotou como sua principal estratégia a ênfase em negociações interestatais das Nações Unidas, com vistas a reduções menores, diferenciais, nas emissões de GEE, aumentadas pelo comércio de carbono e compensações relacionadas. A armadilha do compromisso da RAC com o comércio de carbono se confirmou quando o Núcleo Amigos da Terra rompeu com a rede, em 2010. Porém, mesmo antes disto, à época da COP 15, em dezembro de 2009, as críticas do movimento de “Justiça Climática” à RAD levaram a uma estratégia alternativa tão forte que conquistou metade dos espaços reservados a delegações não governamentais no Bella Centre de Copenhague.

Com o passar do tempo, as principais preocupações dos ativistas da “Justiça Climática” incluíram o desmantelamento dos mercados de carbono, tão favorecidos pelas elites; investimentos massivos em energia renovável; um sistema agrícola minuciosamente reformado; transporte público e outras estruturas transformativas; tecnologias de eliminação e produção. Entretanto, do ponto de vista estratégico, logo ficou evidente que o próximo estágio da luta pela justiça climática seria, necessariamente, recuar de uma agenda de reforma ingenuamente superambiciosa em escala global, em virtude da balança de poder desfavorável. Ao invés de educadamente pedir às autoridades da UNFCCC para salvar o planeta, o desafio futuro para ativistas da “Justiça Climática” de Copenhague, em 2009, seria denunciar e prevenir futuras deteriorações na

governança ambiental global nas COPs anuais e, ao mesmo tempo, intensificar tanto o ativismo local quanto o nacional.

Um dos motivos da virada para processos locais foi a orientação fortemente autonomista de alguns destacados estrategistas da “Justiça Climática”. Eles trouxeram ao movimento a convicção de que, primeiro, o equilíbrio global e nacional de forças preva- lecentes favorecia microintervensões em diversas organizações e, segundo, mesmo onde alguns poucos Estados nacionais eram liderados por membros socialistas – especialmente a Venezuela, Equador e Bolívia – havia grandes contradições entre ambições ecológicas e o apego de suas economias a indústrias extrativistas, especialmente as de hidrocarbonetos. Assim, enquanto a “Justiça Climática” era ocasionalmente declarada política de tais Estados, graves desafios à extração de petróleo surgiam da parte de ambientalistas radicais e povos indígenas de localidades da selva Amazônica, como o Parque Yasuni, no Equador, e o TIPNIS, na Bolívia.

Ainda assim, a conferência dos povos de Cochabamba foi um espaço para algumas poucas elites estatais, acadêmicos, trabalhadores de ONGs e ativistas intelectuais orgânicos refletirem sobre a natureza das suas demandas. A conferência refletiu a experi- ência militante e a influência de pensadores-chave neste campo. Por ser a perspectiva climática relativamente nova, pois o próprio clima apenas gradativamente se tornou uma preocupação para os ambientalistas nos anos 1990, a mistura de análise formal e ativismo criou, de maneira gradual, um quadro de estrategistas. A reflexão estratégica dentro do movimento “Justiça Climática” tem sido largamente baseada em lutas localizadas, que começaram a alcançar uma massa crítica em alguns locais importantes.

Contudo, o maior desafio aguarda uma articulação entre estes locais. Talvez o único movimento com potencial para gerar tais laços seja o 350.org, cujo fundador visionário, Bill McKibben – professor de economia de uma pequena universidade dos Estados Unidos – há muito evita uma identificação explícita com a “Justiça Climática”, de modo a continuar construindo um grande campo de ativistas de toda variedade. O avanço tático do 350.org de uma conscientização orientada para o público até a desobediência civil

na Casa Branca, em 2012, a uma campanha de desinvestimento em 2013 – com mais de 200 grupos mobilizados sobretudo nas universidades – no intuito de esvaziar os cofres das empresas de combustível fóssil é uma trajetória que reflete a necessidade de uma militância crescente, atividades locais mais concretas e estratégias de campanha, táticas e alvos comuns.

Sem dúvida, as organizações da sociedade civil têm feito o máximo para contestar o terreno das ideias acerca do clima, apenas levando adiante desafios políticos e práticos ao poder corporativo e do Estado, indo desde as COPs das Nações Unidas até os emissores locais. Para ilustrar (com um viés da língua inglesa), algumas das principais organizações são estas: Acción Ecológica; BiofuelWatch; Carbon Trade Watch; Centre for Civil Society (Durban); Climate Justice Alliance; Corporate Europe Observatory; Democracy Center; Earth in Brackets; Ecologistas en Acción; Fern; Focus on the Global South; Friends of the Earth; Gender CC; Global Alliance for Incinerator Alternatives; Global Exchange; Global Justice Ecology Project; Grassroots Global Justice; Indigenous Environmental Movement; Institute for Policy Studies; Jubilee South; Leave it in the Ground; National Forum of Forest Peoples, Forest Workers; OilChange; Our World is Not for Sale Trade, Climate Working Group; PanAfrican Climate Justice Alliance; Peoples Movement on Climate Change; Platform; Red Ecologista Autónoma de la Cuenca de México; REDD-Monitor; Rosa Luxemburg Foundation; South Asian Dialogue on Ecological Democracy; Third World Network; TransNational Institute; Via Campesina; What Next; World Development Movement; e o World Rainforest Movement.

De modo a superar as barreiras existentes para a “Justiça Climática” em escala global e nas confrontações Norte-Sul discutidas anteriormente, e de modo a construir o movimento de “Justiça Climática” a partir de experiências locais diretas, os ativistas mais sofisticados têm redobrado seus esforços em locais-chave da luta através do mundo, tal como em campos de petróleo nigerianos e equatorianos, o principal porto de carvão da Austrália, as estações de energia de carvão da Grã-Bretanha e o principal aeroporto, as

areias de alcatrão¹⁵ canadenses, os campos de carvão estadunidenses, sedes de corporações e linhas de petróleo. Para exemplificar no cenário mais difícil – os Estados Unidos –, em 2010, o Fórum Social de Detroit começou a consolidar uma rede de justiça climática estadunidense progressista, incluindo lutas lideradas por pessoas de cor. Em uma carta criticando a centralização em Washington dos grandes grupos de *lobby* ambientalista, o *Movement Generation* e seus aliados providenciaram uma extensa lista de eventos de ação direta e vitórias resultantes da organização comunitária nos Estados Unidos, em várias categorias:

Parar a *King Coal* com organização comunitária; barrar a construção de usinas de carvão; prevenir a proliferação de incineradores; derrotar a *Big Oil* em nossos próprios quintais; barrar falsas soluções como mega-hidrelétricas; construir comunidades resistentes através de ação local (MOVEMENT GENERATION, 2010).

Conforme notou a estrategista de mudança climática Janet Redman, logo após a reeleição de Obama, ativistas estadunidenses já estavam “construindo alternativas para nossa economia baseada em combustíveis fósseis, ao tempo em que faziam suas comunidades mais resistentes à perturbação do clima”. Exemplos deste ativismo de base incluem:

WeACT, no oeste do Harlem, que luta por um trânsito mais rápido de ônibus, como maneira de reduzir as emissões de GEE, e criar um setor público de empregos para proteger a saúde dos moradores; o New York City Environmental Justice Alliance’s Waterfront Justice project – a primeira campanha de resistência de toda a cidade de Nova York – que trabalha para proteger as comunidades de inundações tóxicas durante tempestades; grupos como o CAAAV,¹⁶ Picture the Homeless, Make the Road e muitos mais, que compõem o Right to the City e a Grassroots Global Justice Alliance, que trabalham para dar um fim ao desemprego e à desigualdade econômica (que tornam algumas famílias particularmente vulneráveis aos desastres

15 NT: É possível extrair petróleo de areias negras impregnadas de alcatrão, como o que ocorre no Canadá, gerando emissão de gases de efeito estufa e configurando-se em uma das maiores questões ambientais deste país.

16 NT: O CAAAV é um grupo que trabalha para construir fortes bases para comunidades pobres e de trabalhadores que vieram da Ásia para a cidade de Nova York.

climáticos); Ironbound Community Corporation, um membro da Global Alliance for Incinerator Alternatives e a New Jersey Environmental Justice Alliance, que trabalham em soluções de “Desperdício Zero”, criando empregos na reciclagem e compostagem, ao mesmo tempo em que reduzem drasticamente a poluição tóxica e do clima causada por aterros sanitários e incineradores; e a Indigenous Environmental Network, que tem atuado com comunidades indígenas no Canadá e nos Estados Unidos, lutando para proteger suas terras do desenvolvimento de combustíveis fósseis como minas de areias de alcatrão e dos oleodutos da Keystone XL, Kinder Morgan e Enbridge Northern Gateway (REDMAN, 2012).

O mais poderoso grupo de ativismo climático dos Estados Unidos – embora não de fato de “Justiça Climática” – foi organizado pelo 350.org entre agosto e setembro de 2011, quando 1.252 pessoas foram presas na Casa Branca durante protestos contra a possível importação de óleo de areias negras através do oleoduto da Keystone XL. A isto se seguiu uma série de vitórias contra a Big Coal, especialmente plantas de energia à base de carvão. De acordo com o principal porta-voz do submovimento, Nace (2011), “o ativismo de base sustentável e apaixonado desafia a ideia de que combustíveis fósseis são a única opção. Muitos governos têm recuado ou arquivado planos em resposta a ações legais ou pressão política”. Estas reformas seguem a estratégia do “Deixe o petróleo no solo, o carvão na mina, a areia negra na terra e o fraturamento hidráulico¹⁷ de gás de xisto sob a grama”. Campanhas para impedir a extração no Parque Yasuní, no Equador, na região de Lofoten, na Noruega, e em vários locais contra o fraturamento hidráulico são indicativos das amplas coalizões necessárias (BOND, 2012).

As estratégias também incluem formas progressivas de ação jurídica para nomear e coletar dívidas ecológicas (como as que a Chevron deve ao Equador pelas décadas de danos que a Texaco causou ou as que a British Petroleum deve pelo derramamento de óleo, em 2010, no Golfo – ambos contestados nas cortes equatorianas). Os ativistas também constroem cidades de transição ou geram planos para desintoxicar áreas de indústrias que usam

17 NT: Aqui o autor se refere a *fracking*, um método para extração de petróleo e gás natural mediante de fraturamento hidráulico.

carbono de maneira intensiva (tal como em Oakland, Califórnia, e no sul de Durban, na África do Sul). Eles encorajam protestos nos locais de extração (tal como no Delta do Níger e em West Virginia) e trabalham com vistas a obter amparo legal nos âmbitos nacionais e regionais contra novas emissões (mesmo na primeira administração Obama fez alguns pequenos progressos relativos às usinas de extração de energia de carvão). Eles promovem uma mentalidade pós-consumista (por exemplo, a série História das Coisas, que tem cerca de 40 milhões de *downloads* na internet).¹⁸ E também avançaram na argumentação ecossocialista e do planejamento ambiental de longo prazo.¹⁹

Alguns ativistas e teóricos (por exemplo, aqueles associados com os jornais *Capitalism Nature Socialism* e *Monthly Review*) antecipam que a união das lutas verde e vermelha sob a bandeira da justiça climática vai exigir que a sociedade se mova de um capitalismo dependente de combustíveis fósseis para o ecossocialismo. Isto requer, como Kovel e Lowy (2009) explicam,

[...] uma transformação nas necessidades e uma profunda mudança em direção a uma dimensão qualitativa, ao invés de quantitativa [...] um atrofiamento da dependência integral de combustíveis fósseis para o capitalismo industrial. E isto, por sua vez, pode proporcionar o ponto material de libertação das terras subjogadas pelo imperialismo do petróleo, ao tempo em que possibilita a contenção do aquecimento global, junto com outras aflições da crise ecológica [...] A generalização da produção ecológica sob condições socialistas pode garantir a base para que se supere a crise atual. Uma sociedade de produtores livremente associados não pára diante de sua própria democratização. Ela deve, em verdade, insistir na libertação de todos os seres, tendo isso como sua base e finalidade.

Antes que tal visão possa ser adequadamente articulada, falta mencionar diversos elementos cruciais. Alguns destes incluem a questão de como conseguir uma forte participação dos trabalhadores, sobretudo em face do potencial para “empregos verdes” de modo a compensar pelas perdas existentes. Ecossocialistas

18 <http://www.storyofstuff.org>

19 Para mais: <http://ecosocialisthorizons.com/>

britânicos tomaram a dianteira neste assunto, exigindo um milhão de empregos verdes (NEALE, 2011). Também é preciso traçar uma conexão específica entre justiça climática e movimentos antiguerras, pois a atividade militar não apenas é desproporcionalmente preocupada com suprimentos de óleo e gás (Iraque e Afeganistão), mas também usa vastas quantidades de CO₂ durante a guerra (SMOLCKER, 2010). Igualmente, há a demanda para se efetivar uma presença mais forte tanto de ambientalistas quanto de socialistas em muitos locais de alta emissão de gases que ainda não foram cobertos por movimentos de justiça climática de base, desde a China até o mundo árabe do petróleo e a petrossocialista Venezuela.

No entanto, contra as orientações dos movimentos ecossocialistas propostas por Kovel e Lowy existem não apenas movimentos de justiça climática anarquistas, desconfiados dos planejamentos centrais, mas defensores de um socialismo de baixo que preferiria gerar declarações por meio de manifestos ao invés da prática real – tais como os esforços ora descritos resumidamente – e das exigências e sensibilidades de um movimento generalizado, em oposição a pronunciamentos de cima para baixo. Forjar a unidade de movimentos que tratam do clima e da justiça social a partir das bases é especialmente importante em períodos de conflitos e divisões aparentemente inegociáveis, que neste momento parecem ter interrompido e desviado o futuro imediato das políticas da “Justiça Climática”.

Enquanto isso, os movimentos feminista e socialista estão comprometidos em diálogos com ativistas da “Justiça Climática” que merecem ser considerados. Teresa Brennan vincula a escala doméstica com a mudança climática, que é a maior crise a ser enfrentada pelas mulheres nas décadas vindouras. Reorganizar arranjos espaciais e de re/produção é crucial para o fim do papel injusto atribuído à mulher em subvencionar a irracionalidade destrutiva do capitalismo. Em seu livro *Globalização e seus terrores: a vida diária no Ocidente*, Brennan (2003) afirma: “Quanto mais próximas de casa estiverem as fontes de energia e de matéria-prima, mais os custos de reprodução se alinham: trabalho pago e doméstico serão menos explorados, o ambiente será menos esgotado”. Agora,

é óbvia a necessidade de limitar a “distância em que os recursos naturais podem ser obtidos”, tendo em vista o quanto o transporte marítimo, terrestre e aéreo contribui para as emissões de carbono.

Esta é uma das visões que uma economia política ecofeminista oferece a estrategistas de justiça climática como Nicola Bullard, da *Focus on the Global South*. Um debate típico com neoliberais versa sobre se a globalização da indústria tem ajudado a quebrar as relações feudo-patriarcais, liberando as mulheres da opressão por montadoras mexicanas ou indústrias ilegais de Bangkok. Tal crescimento liderado pela exportação é agora uma estratégia de “desenvolvimento” crescentemente insustentável e, em qualquer caso, sempre gerou um desenvolvimento desigual, utilizando-se da economia ao cuidado das mulheres para obtenção dos seus subsídios ocultos. Bullard (2009) compara as negociações do clima com aquelas da OMC: “No geral, os países defendem seus estritos interesses econômicos e os países ricos, em particular, estão tentando agarrar o último pedaço da torta atmosférica”. Bullard (2009) reduz a narrativa da política climática a três discursos: negócios, como de praxe, catastrofismo e “Justiça Climática”. Enquanto o primeiro provém das empresas e da maioria dos governos do Norte, o segundo, Bullard (2009) argumenta, é levado adiante por alguns países menores e vulneráveis, bem como muitas ONGs. O catastrofismo também “leva a perigosas estratégias de última hora, tais como mercados de geoengenharia, nucleares e de carbono”. Já o terceiro, as feministas comprometidas com a “Justiça Climática” estão juntando os pontos entre estas várias opressões, para avisar como, em tempos de crise, seus oponentes se fortalecem (BULLARD, 2009). Em um relatório, *Looking both ways*, o grupo Comunidades Asiáticas para a Justiça Reprodutiva documenta o profundo dano político do furacão Katrina:

Após um desastre, mulheres de cor – sobretudo afro-americanas, de baixa renda e imigrantes – são rotineiramente vistas como fardos para o Estado e causadoras de superpopulação, degradação ambiental, pobreza, crime e instabilidade econômica (ACRJ, 2009).

E mais do que para os homens, todos os ecofeministas com uma orientação para a justiça climática concordam que acabar

com a instabilidade econômica das mulheres é um componente vital da luta por justiça.

O movimento “Justiça Climática” não tem ficado incólume a tensões, divisões e políticas internas. O mecanismo REDD experimentou algumas das mais importantes questões divisoras da comunidade de justiça climática, pois, em fins de 2010, fortes controvérsias surgiram na COP16, em Cancun, acerca da preservação de florestas, já que as maiores fundações ambientais dos EUA tentaram ressuscitar estratégias de mercado. Em 2013, no Fórum Social Mundial, tal pressão levou a uma rede “Sem REDD na África”, acusando seus proponentes de contribuir para um possível genocídio.²⁰ Nos Estados Unidos, as tensões entre a abordagem do grupo Justiça Climática e a do grupo de ONGs compostas pela *Climate Action Network* e *1Sky* continuou discutindo se o *lobby* legislativo, o *marketing* social e a coordenação de cima para baixo de atividades de conscientização sem maior substância estratégica (por exemplo TckTckTck,²¹ em 2009), são métodos mais apropriados do que a relação das bases para o topo do ativismo orgânico.

Em resumo, desde a descoberta de que a “natureza neoliberalizada” era a nova perspectiva da governança global para a administração (social e) do meio ambiente, surgiram, como resposta direta, uma nova filosofia, princípios, estratégias e táticas de justiça climática. No entanto, contradições e lacunas marcaram ao menos o primeiro período da advocacia da justiça climática e estas merecem menção explícita, especialmente em suas manifestações nas COPs anuais, porém de modo mais geral no fracasso em ampliar o movimento de “Justiça Climática” para novos públicos.

20 Para mais, ver < <http://climatespace2013.wordpress.com/2013/04/08/launch-of-no-redd-in-africa-network-redd-could-cause-genocide/> >

21 A TckTckTck é uma rede de mais de 400 ONGs lideradas pela Global Call for Climate Action. Tem por missão mobilizar a sociedade civil e unir esforços e apoio público para garantir um futuro climático seguro para pessoas e para a natureza.

6 CONCLUSÃO

Nunca foi tão importante reunir estes tipos de visões ecofeministas e ecossocialistas para articular problemas, análises, desafios e esforços de construção de alianças, de modo que os movimentos de “Justiça Climática” possam agir em sua completude. Se quiser sobreviver, tal movimento terá de emergir e rapidamente construir seu espaço, e *a justiça entre gerações* deverá se tornar mais proeminente, à medida que os seguintes desafios são abordados:

a) *Organizações vermelho-verde estão se unindo e expressando sentimentos ecossocialistas.* Os componentes do movimento ecossocialista são milhares de organizações em todas as partes do mundo cujos entendimentos sobre como combater a degradação ambiental são crescentemente anticapitalistas. Isto fica fortemente evidente pelos manifestos, análises, exigências, brochuras, *slogans* e outras expressões das vozes que geraram recentemente. Contudo, fragmentações e divisões impedem ativistas da “Justiça Climática” de terem um impacto e uma identidade coerentes.

b) *As redes são geralmente solitárias e não tecem conexões suficientes através dos subsetores da justiça ambiental.* O maior problema intelectual que estes movimentos enfrentam é relacionar suas preocupações com as de outros setores. Isto se dá, geralmente, porque as redes se unem em redor de alvos específicos e suas fontes de financiamento ou seus principais recursos intelectuais estão extremamente envolvidos em assuntos singulares, sendo incapazes de se mover para além destes (HARVEY, 1999).

c) *A juventude continua pouco representada no movimento.* Embora haja exceções (por exemplo, o papel central de Anjali Appadurai nas COPs de Durban e Doha),²² a habilidade dos jovens em se organizar e fazer intervenções relevantes em apoio à justiça climática tem sido limitada. Dado o aumento de universidades que realizam campanhas de desinvestimento dos

22 Para mais, < http://www.democracynow.org/2012/12/5/one_year_after_stirring_address_youth >

campos de combustíveis fósseis, há boas perspectivas para a emergência de uma nova legião de lideranças intelectuais, criativas e estratégicas.

d) *As análises dos grupos são algumas vezes delimitadas pelo problema específico que eles estão abordando.* Na condição de redes com assuntos particulares, as organizações, em geral, veem o ataque do capitalismo à natureza como um problema que, talvez, não estejam em posição de indicar, muito menos propor soluções radicais de largo alcance. Isto gerou um vazio, não apenas no respeitante a indicar o problema (um capitalismo ambientalmente voraz), mas também no concernente a determinar uma solução socialista em escala global – com profundo respeito, é claro, pelas diferenças e o desenvolvimento desigual tanto do capitalismo como dos movimentos contra ele. Outro problema é que a maioria dos manifestos destes movimentos não têm sido particularmente conscientes da questão de gênero. E, finalmente, outros tipos de opressões e resistências cruzadas e superpostas – no tocante a raça, herança indígena, diferença de habilidades, orientação sexual, geração e outras divisões – não são suficientemente valorizados para gerar uma crítica séria.

e) *O desejo das redes em continuar construindo conexões.* O próximo passo evidente para grupos como o JCA! é criar uma causa comum com outros movimentos que tratam de questões ambientais e nos quais possam ser encontrados análises, estratégias, táticas, inimigos e aliados similares. No entanto, há uma enorme lacuna em informação sobre os movimentos, já que, com poucas exceções (por exemplo, o Fórum Social Mundial, que teve um vibrante encontro “*Climate Space*” em Tunis, em 2013, ou protestos em grandes conferências mundiais ou encontros de organizações bem relacionadas como *Friends of the Earth International*),²³ estas organizações não têm oportunidades de se reunir de maneira sistemática.

23 Para mais, ver Sólon (2013).

E, ainda assim, é imperativo estas conexões se fortalecerem. Parece inexorável também que, para se abordar adequadamente o desafio ora enfrentado – apenas uma questão planetária e de sobrevivência das espécies –, nós confrontemos o poder abrangente do “desenvolvimento” capitalista desigual, racialmente segregador e patriarcal. A justiça climática irá exigir nada menos que isso.

Tradução: Camila Costa

REFERÊNCIAS

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. **African Economic Outlook 2013: structural transformation and natural resources** Tunis, 2013. Available from: <<http://www.africaneconomicoutlook.org>>.

AGYEMAN, J.; BULLARD, R. D.; EVANS, B. (Eds.). **Just sustainabilities: development in an unequal world**. London: Earthscan, 2003.

ASIAN COMMUNITIES FOR REPRODUCTIVE JUSTICE. **Looking both ways: women's lives at the crossroads of reproductive justice and climate justice**, Oakland, 2009. Available from: <http://www.reproductivejustice.org/ACRJ_Looking_Both_Ways.pdf>. Accessed 12 Apr. 2013.

BARKER, G. **Capital markets in the spotlight in fight against climate change**. London, UK: Government Department of Energy and Climate Change, 2010. Available from: <<https://www.gov.uk/government/news/capital-markets-in-the-spotlight-in-fight-against-climate-change>>.

BÖHM, S.; MISOCZKY, M.; MOOG, S. Greening capitalism?. **Organization Studies**, v. 33, 11 Nov. 2012.

BOND, P. Sub-imperialism as lubricant of neoliberalism: South African 'deputy sheriff' duty within BRICS. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 251-270, 2013.

_____. **Politics of climate justice: paralysis above, movement below**. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2012.

_____. (Ed.). **Durban's climate gamble**. Pretoria: University of South Africa Press, 2011.

_____. **Unsustainable South Africa: environment, development and social protest**. London: Merlin Press, 2002.

BOND, P. et al. **CDMs cannot deliver the money to Africa, report for the environmental justice organisations, liabilities and trade project**. 2012. Available from: <<http://www.ejolt.org/2012/12/the-cdm-cannot-deliver-the-money-to-africa-why-the-carbon-trading-gamble-won%E2%80%99t-save-the-planet-from-climate-change-and-how-african-civil-society-is-resisting/>>.

BRENNAN, T. **Globalization and its terrors: daily life in the west**. New York: Routledge, 2003.

BRODER, J. Signs of new life as UN searches for climate accord. **New York Times**, 24 January 2012. Available from: <http://www.nytimes.com/2012/01/25/business/global/signs-of-new-life-as-un-searches-for-a-climate-accord.html?pagewanted=all&_r=0>.

BULLARD, R. D. **Environmental justice in the 21st century**. 2013. Available from: <<http://www.ejrc.cau.edu/ejinthe21century.htm>>.

_____. **Dumping in dixie: race, class and environmental quality**. Boulder, CO: Westview Press, 1990.

BULLARD, N. The state of climate politics. In: SPEECH DELIVERED AT A ROSA LUXEMBURG FOUNDATION CONFERENCE IN JOHANNESBURG, 2009, South Africa, 19 November 2009.

CAMACHO, D. **Environmental injustices, political struggles: race, class, and the environment**. Durham: Duke University Press, 1998.

CHRISTIAN, A. I. D. **The climate of poverty**. London: Do Autor, 2006. Available from: <<http://www.christianaid.org.uk/Images/climate-of-poverty.pdf>>.

CLIMATE ACTION NETWORK-EUROPE. WORLD WIDE FUND FOR NATURE. GREENPEACE. **Green groups urge european parliament to vote for the climate.** [S.l.], 2013. Available from: <<http://wwf.panda.org/?208250/EU-ETS-Green-Groups-Urge-European-Parliament-to-Vote-for-the-Climate>>.

COLUMBIA UNIVERSITY. YALE UNIVERSITY. **Environmental performance index.** New York, 2012.

DEATH, C. **Governing sustainable development: protests, partnerships and power at the world summit.** Abingdon: Routledge, 2010.

EHRMAN, H. **Personal correspondence.** Chicago: [s.n.], 2011.

ETC GROUP. ECONEXUS. THE AFRICAN BIODIVERSITY NETWORK. GAIA. BIOFUEL. **The new biomassers: synthetic biology and the next assault on biodiversity and livelihoods.** Ottawa, 2010. Available from: <<http://www.etcgroup.org/content/new-biomassers>>.

FOSTER, J. B. **The ecological revolution: making peace with the planet.** New York: Monthly Review Press, 2009.

HARVEY, D. The environment of justice. In: FISCHER, F.; HAJER, M. A. (Eds.). **Living with nature: environmental politics as cultural discourse.** Oxford: Oxford University Press, 1999.

KAARA, W. “Reclaiming peoples” power in Copenhagen 2009: a victory for ecosocialist ecofeminism. **Capitalism Nature Socialism**, v. 21, n. 2, p. 107-111, 2010.

KIM, J. Y.; MILLEN, J. V.; IRWIN, A.; GERSHMAN, J. **Dying for growth**, [S.l.]: Institute of Health and Social Justice, 2001.

KLEIN, N. For Obama, no opportunity too big to blow. **The Nation**, 21 December 2009.

KOVEL, J.; LOWY, M. **An ecosocialist manifesto.** Paris: [s.n.], 2009.

LANDER, E. **Reflections on the Cochabamba climate summit.** Caracas, 27 Apr. 2010. Available from: <<http://www.tni.org/article/reflections-cochabamba-climate-summit>>.

MARINI, R. Brazilian interdependence and imperialist integration. **Monthly Review**, v. 17, p. 7, 1965.

MARTINEZ-ALIER, J.; SPANGENBERG, J. **No green economy without environmental justice**. Rio de Janeiro: Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade, 2012. Available from: <<http://www.ejolt.org/2012/06/no-green-economy-without-environmental-justice/>>.

McDONALD, D. A. (Ed.). **Environmental justice in South Africa**. Athens, OH: Ohio University Press, 2002.

MOVEMENT GENERATION et al. **Open letter to 1 Sky**. Oakland, 2010.

NACE, T. Down with coal. **Grist**, 27 May 2011. Available from: <<http://www.grist.org/coal/2011-05-27-down-with-coal-the-grassroots-anti-coal-movement-goes-global>>. Accessed: 13 Apr. 2013.

NEALE, J. (Ed.). **One million climate jobs: solutions to the economic and environmental crises**. London: A report by the Campaign against Climate Change trade union group in conjunction with the Communication Workers Union (CWU), Public and Commercial Services Union (PCS), Transport Salaried Staffs Association (TSSA) and the University and College Union (UCU), 2011.

PETERMANN, A. **What is climate justice?**. Vermont: Global Justice Ecology Project, 2009. Available from: <http://globaljusticeecology.org/climate_justice.php>.

REDMAN, J. Now will Obama break his climate silence?. **Huffington Post**, 8 Nov. 2012. Available from: <http://www.huffingtonpost.com/janet-redman/obama-climate-change_b_2091210.html>. Accessed: 12 Apr. 2013.

SALLEH, A. **Ecofeminism as politics**. London: Zed Books, 1997.

SAUL, J.; BOND, P. **South Africa's present as history: from Mrs Ples to Marikana**. London: James Currey, 2014.

SCHLOSBERG, D. **Environmental justice and the new pluralism**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SKOCPOL, T. You can't change the climate from inside Washington. **Foreign Policy**, 24 Jan. 2013. Available from: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/01/24/you_can_t_change_the_climate_from_inside_washington_barack_obama>.

SMOLKER, R. **Militarism and climate change, in Climate Justice Now!-lists.riseup.net**. Seattle, 22 Nov. 2010. Available from: <<https://lists.riseup.net/www/info/cjn>>. Accessed: 12 Apr. 2013.

SOLON, P. **How to overcome the climate crisis, focus on the global south**. Bangkok, 2013. Available from: <<http://climatespace2013.wordpress.com/2013/03/14/a-contribution-to-the-climate-space-2013-how-to-overcome-the-climate-crisis/>>. Accessed: 12 Apr. 2013.

SOLON, P.; BELLO, W. Why are climate negotiations locked in stalemate?. **Bangkok Post**, 4 Sept. 2012. Available from: <<http://www.bangkokpost.com/opinion/opinion/310683/why-are-climate-negotiations-locked-in-a-stalemate>>. Accessed: 12 Apr. 2013.

SOUTH ASIAN WOMEN’S NETWORK. **Dhaka declaration**. Dhaka, 3 Jul. 2012.

SUNDARAM, J. K. **Climate change and industrial development**. KwaZulu-Natal: University of KwaZulu-Natal, 17 May 2010.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Economic development in Africa 2012 report**. Geneva, 2012.

_____. **Economic development in Africa 2011 report**. Geneva, 2011.

WORLD BANK. **Inclusive green growth**. Washington, 2012.

_____. **The changing wealth of nations**. Washington, 2011.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. GREENPEACE. **Strengthening the EU emissions trading scheme and raising climate ambition**. Amsterdam, 2012. Available from:<<http://www.greenpeace.org/eu-unit/en/Publications/2012/ETS-report/>>